

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 612 - Brasília, quarta-feira, 7 de janeiro de 1998



Acima, no plenário do Senado, a sessão solene que marcou a abertura do período extraordinário. Antonio Carlos, ao lado de Michel Temer, garante que o Legislativo cumprirá com seus deveres em relação ao país



CONGRESSO ABRE ATIVIDADES COM QUORUM ELEVADO

“Nunca houve um início de sessão, em pleno 6 de janeiro, com tantos parlamentares presentes”, destaca Antonio Carlos

O Congresso Nacional deu início ontem às atividades do período de convocação extraordinária com presença expressiva de senadores e deputados. Eles lotaram o plenário do Senado para participar da sessão solene dirigida pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães. O fato, registrado pelo senador, é “uma demonstração inequívoca de que o Congresso cumprirá com os seus deveres em relação ao país”. Antonio

Carlos anunciou que hoje mesmo o plenário do Senado iniciará a discussão da emenda constitucional que estabelece regime especial dos servidores militares. Durante a solenidade, ele repudiou as críticas ao Congresso, atribuindo-as aos que desejam o retrocesso das instituições democráticas. Sob aplausos dos parlamentares, Antonio Carlos disse que fidelidade do Congresso é ao povo, “não aos seus inimigos”. Páginas 2, 3 e 4

CCJ começa a analisar reforma

A reforma administrativa e o contrato de trabalho temporário estão entre as matérias da pauta da Comissão de Justiça esta manhã. Página 5

Arruda defende o projeto que "viabiliza o futuro de Brasília"

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) está na expectativa de que o plenário vote ainda em janeiro o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a região metropolitana do Distrito Federal. Apresentado pelo próprio Arruda, pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) - antes de assumir o Ministério da Justiça - e pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), o projeto visa a permitir que Brasília se desenvolva de dentro para fora e não inchando de fora para dentro.

Na opinião de Arruda, esse projeto evitará que Brasília cresça com bolsões de miséria ao seu redor. "Eu não tenho dúvida que o projeto viabiliza o futuro de Brasília. Ele cria a região metropolitana do Distrito Federal e instrumentos para que os governos do Distrito Fe-

deral, de Goiás, de Minas Gerais e o governo federal façam um desenvolvimento econômico nas cidades satélites e nas cidades do Entorno, evitando que se crie uma baixada fluminense aqui perto."

O objetivo da iniciativa, disse ele, é fazer com que o poder público propicie a geração de empregos, atraia indústrias e melhore a infraestrutura básica desse entorno. Conforme Arruda, a matéria não deverá sofrer resistências. "O projeto já passou no Senado, foi aprimorado na Câmara, e sempre com ampla maioria de votos. Cabe ao Senado apenas aceitar ou rejeitar as mudanças feitas na Câmara. E eu, como um dos autores do projeto, acho que as mudanças feitas na Câmara devem ser aceitas aqui", concluiu o senador.



Intenção de Arruda é evitar bolsões de miséria



Antonio Carlos fez apelo para que "não se amesquinhem a convocação"

Presidente do Senado repudia quem tenta enfraquecer o Congresso e promete trabalho acelerado também na convocação

ACM: Legislativo cumprirá seu dever

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu na manhã de ontem, ao chegar ao Congresso para preparar o início dos trabalhos da convocação extraordinária, que o Poder Legislativo cumprirá seu papel, votando inúmeras matérias importantes da pauta proposta pelo Executivo. O senador aproveitou o encontro com a imprensa para repudiar as "críticas de meia dúzia de empresários, que nunca fizeram nada pelo país e sempre se beneficiaram de incentivos, interessados em enfraquecer o Congresso para fazer coisas inconfessáveis".

A agenda de atividades da convocação extraordinária, explicou Antonio Carlos, começa nesta semana com o tra-

balho das comissões. Elas deverão agir de forma acelerada para rapidamente colocar diversos projetos em condições de entrar na ordem do dia para votação em plenário, previu o senador. A seu ver, esse desempenho marcará as atividades tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados.

Na avaliação do senador, o desafio maior na Câmara será a votação da proposta de reforma da Previdência Social. No Senado, conforme garantiu, a reforma administrativa será votada em primeiro turno no período da convocação. "E até março deveremos votá-la em segundo turno, concluindo sua tramitação", acrescentou.

O senador Antonio Carlos Magalhães fez questão de lem-

brar que "foi o presidente da República quem entendeu de convocar o Congresso para um período extraordinário de trabalho, pois os parlamentares preferiam ficar em contato com suas bases e gozando merecidas férias, depois do bom trabalho feito ao longo de 97".

O presidente do Senado dirigiu apelo para que "não se amesquinhem a convocação". O senador assegurou, no entanto, que os parlamentares saberão cumprir seu dever, mais uma vez, e votarão muitos projetos importantes, tanto ao longo da convocação extraordinária quanto do resto do ano. "em que pese seja um ano eleitoral".

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno
15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão da *PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa); *PLC nº 93/96 (tramita em conjunto com o PLS nº 239/95 e PLS nº 42/96, por versarem sobre o mesmo assunto), que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado; e *PLC nº 68/97, que autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a repassar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco (Coopertrens) recursos para pagamento de pessoal

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

SESSÃO SOLENE



Na abertura dos trabalhos, ACM repudia críticas ao Legislativo, culpa os que desejam retrocesso nas instituições e garante que fidelidade dos parlamentares é ao povo, "não aos seus inimigos"

Começa o período extraordinário

Em sessão solene realizada ontem à tarde, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, dirigiu a instalação dos trabalhos da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura. Ele frisou que, apesar de a maioria dos parlamentares ter sido contrária à convocação extraordinária, a presença maciça de deputados e senadores foi

"Presença maciça é demonstração inequívoca de que o Congresso cumprirá com seus deveres em relação ao país"

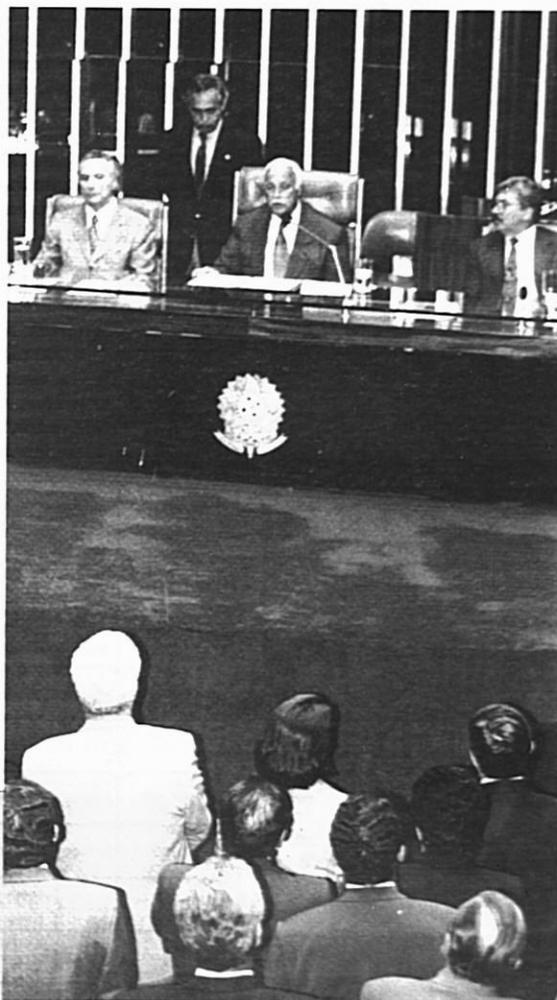
"demonstração inequívoca de que o Congresso cumprirá com seus deveres em relação ao país".

Antonio Carlos anunciou que o plenário do Senado iniciará hoje a discussão da emenda constitucional que estabelece regime especial de tratamento aos servidores militares, diferenciando-os dos servidores civis em

termos salariais e de deveres, obrigações e prerrogativas.

Conforme a mensagem presidencial de convocação extraordinária dos trabalhos legislativos, entre 6 de janeiro e 13 de fevereiro o Congresso se dedicará a uma pauta de 36 matérias, 18 delas em tramitação no Senado e 18 na Câmara dos Deputados.

Entre as matérias que tramitam no Senado constam ainda a reforma administrativa, já aprovada na Câmara; a regulamentação dos planos de saúde, da propriedade intelectual de programas de computador, do contrato temporário de trabalho, dos direitos autorais, do sigilo bancário e dos serviços de radiodifusão comunitária; a punição à lavagem de dinheiro; a criação da região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno; a descentralização da assistência social federal; a chamada "Lei Pelé", que mo-



difica as atuais relações de trabalho dos atletas profissionais.

Em entrevista, o relator da proposta de emenda constitucional que cria o regime especial para os militares, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que, à semelhança do que aconteceu na Câmara, "a tendência é de aprovação". Segundo afirmou, há um único ponto da proposta em discussão: nos estados, policiais militares e bombeiros, que passarão a se vincular à administração pública militar, com gestão própria, separada da administração pública civil, deverão continuar submetidos ao comando político dos governadores.

Antonio Carlos preside sessão solene e prevê muito trabalho durante a convocação

"Não nos intimidamos com as injustiças praticadas contra o Congresso", diz ACM

Em sua fala na solenidade de abertura dos trabalhos extraordinários do Congresso, na tarde de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou a manutenção dos mesmos pro-

pósitos com que assumiu o cargo: "Aceitamos as justas críticas ao Congresso, quando ele as merecer, mas não nos intimidamos com as constantes injustiças praticadas contra as duas Casas do Congresso".

Para o senador, muitos que

rem desgastar a imagem do Poder Legislativo porque desejam um retrocesso das instituições democráticas e "não querem que atuemos como estamos realmente atuando, ou seja, em defesa do país, com a fiscalização indispensável".

Sob os aplausos dos congressistas que lotaram o plenário do Senado, Antonio Carlos frisou: "Nós podemos ser vigiados. Os que nos atacam certamente não podem". Para o presidente do Senado, os que atacam o Congresso são os mesmos que se

beneficiam de "operações inconfessáveis, que visam o lucro, nunca o benefício do povo".

- Nossa fidelidade é ao povo, não a seus inimigos - disse.

O presidente do Senado afirmou que não é o fato de presidir o Congresso que o leva a defendê-lo. Trata-se, como acentuou, de sobretudo "fazer justiça a uma classe que sempre é injustiçada".

SESSÃO SOLENE



"Nunca houve um início de sessão, em pleno 6 de janeiro, com tantos parlamentares presentes"

Comparecimento expressivo no 1º dia anima ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou a sessão de instalação da convocação extraordinária "um marco para o Legislativo", ressaltando que "nunca houve um início de sessão, em pleno 6 de janeiro, com tantos parlamentares presentes". Quarenta senadores e 161 deputados lotaram o plenário do Senado para assistir à reunião na tarde de ontem.

Antonio Carlos rebateu as críticas dos "inimigos do Congresso", que definiu como sendo aqueles que não se cansam de atacar o Legislativo, mesmo no momento em que este Poder se destaca pelo trabalho realizado, e citou matéria de imprensa de ontem como exemplo de crítica injusta:

- É como um jornal que eu prezo muito, que eu estimo muito, mas hoje (*ontem*) disse que a convocação extraordinária era só para ganhar dinheiro, quando os parlamentares não têm esse espírito - afirmou.

O senador disse ter certeza de que a imprensa saberá reportar com fidelidade o sucesso da sessão de instalação, e desmentiu que

tivesse feito alusão ao empresário Antonio Ermírio de Moraes: "Não vi qualquer crítica de Antonio Ermírio aos parlamentares. Quando a crítica é justa aceitamos, de quem quer que seja", frisou.

Quanto à pauta da convocação, o senador salientou que "quase" não tem dúvida de que a reforma administrativa será votada pelo Senado no período extraordinário. Já a reforma da Previdência, "se não for aprovada durante a convocação, apesar de todo o esforço dos deputados e do presidente Michel Temer, logo depois o será".

Antonio Carlos disse que o presidente Fernando Henrique, com quem conversou ontem, demonstrou otimismo quanto ao ano de 98, e negou qualquer intenção de adiar o início da campanha eleitoral.

- Não há propósito de adiar, e nem de antecipar; tudo ao seu dia. Já a *Bíblia* nos ensina: a cada dia a sua aflição. Vamos trabalhar pelo país até o dia da eleição. Até porque, por enquanto, o presidente Fernando Henrique ainda não tem o seu adversário, e sem adversário não se pode lutar - concluiu.



Senadores e deputados lotam o plenário do Senado no primeiro dia dos trabalhos extraordinários

MATÉRIAS A SEREM APRECIADAS PELO SENADO NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romero Jucá	CCJ
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	pronta para ir ao Plenário
Substitutivo da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pureza lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requão	CE
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	CCJ
PLS 249/89	Regula os direitos autorais		Aguardando leitura de substitutivo da Câmara
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Pérez	CCJ
PLS 101/96	Cria regulação integrada de desenvolvimento do DF e Entomo	aguardando designação do relator	CCJ
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	CCJ
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	CAE
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	CAS (vista coletiva)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	CI
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)		Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	CCJ
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Lúcio Alcântara	CCJ

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.



Na solenidade, Michel Temer com Antonio Carlos Magalhães

Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também estão o contrato temporário de trabalho e o repasse de recursos para a Companhia de Trens de Pernambuco

CCJ inicia exame da reforma administrativa

A emenda da reforma administrativa, o contrato de trabalho temporário e o projeto que analisa o repasse de recursos à Companhia de Trens de Pernambuco serão analisados esta manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reunião, que será presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), está marcada para as 10h.

A reforma administrativa prevê a quebra da estabilidade de dos servidores públicos em algumas situações, inclusive por insuficiência de desempenho durante o estágio probatório, que passará a ter a duração de três anos. Estabelece também que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos e empregos públicos não poderá ser superior ao salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A emenda tem como relator o sena-

dor Romero Jucá (PFL-RR).

O projeto do Executivo sobre o contrato temporário possibilitará, caso aprovado, o trabalho por tempo determinado mediante convenções ou acordos coletivos, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa para admissões que representem acréscimo no número de empregados.

A matéria tem parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e tramita em conjunto com mais duas proposições: a que dispõe sobre a contratação de empregados por temporada em localidades turísticas, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), e o projeto que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



O senador Ramez Tebet preside a reunião desta manhã da CCJ

O projeto de lei da Câmara que autoriza o Ministério dos Transportes a repassar à Companhia de Trens de Pernambuco (Copertrens) recursos para pagamento de pessoal estabelece a alocação de recursos da ordem de R\$ 45 milhões/ano e será relatado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Outros projetos que cons-

tam da pauta da convocação extraordinária do Senado serão analisados pela CCJ em reuniões posteriores, entre eles o que altera as normas sobre o sigilo bancário, o que cria a região metropolitana do DF e Entorno e o que modifica relações de trabalho do atleta profissional de futebol ("Lei Pelé").



Tuma: desemprego não aumenta

Tuma defende o contrato temporário

O projeto de lei da Câmara que institui o contrato temporário de trabalho, ao contrário do que afirmam seus críticos, não será fonte de aumento nas taxas de desemprego no país, afirmou ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Tuma disse que o "subemprego cresce assustadoramente" e que uma forma de combatê-lo é exatamente instituir formas diferenciadas de contratos de trabalho. A única forma de contrato vigente no Brasil representa um custo muito alto em encargos sociais, o que limita a capacidade de produção nacional e, por consequência, suas condições de competir numa economia globalizada.

O senador citou o caso da Espanha, em que há cerca de dez formas diferentes de contrato de trabalho temporário.



Mauro: volta na convocação

Mauro reassume o mandato

Depois de quatro meses de licença para tratar de assuntos particulares, reassumiu o mandato o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que ontem já participou da sessão de abertura dos trabalhos da convocação extraordinária do Congresso. Durante a licença, o mandato foi ocupado pelo suplente de senador Albino Boaventura.

Romero Jucá prevê votação em plenário ainda na convocação

O senador Romero Jucá (PFL-RR), relator da proposta de reforma administrativa, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar o seu relatório já na próxima semana. "Acredito que o plenário do Senado votará em primeiro turno a reforma administrativa ainda durante a convocação extraordinária", previu.

O senador disse que não pretende propor qualquer mudança de mérito na emenda constitucional votada pelos deputados no final do ano passado e, caso o plenário concorde com essa posição, a emenda poderá ser promul-

gada pelo Congresso nos primeiros meses deste semestre.

- É melhor votarmos as partes sobre as quais há consenso. Depois, pode-se apresentar novas emendas para mudar outras coisas. Eu mesmo pretendo apresentar posteriormente emenda para que o teto salarial do serviço público seja também aplicado às empresas estatais. Notando agora para que a emenda entre logo em vigor, o Congresso estará sinalizando para o país que concorda com o governo em seu programa de equilíbrio das contas públicas - afirmou Romero Jucá.

Assim que o senador apresentar o relatório à CCJ, será dado um prazo de vistas de



Jucá: emendas de redação ficam para o segundo turno

cinco dias para que os integrantes da comissão possam analisar o assunto, conforme o relator. Com isso, será possível colocar a emenda constitucional em votação na CCJ já na próxima semana.

Em sua entrevista à imprensa, Romero Jucá opinou que, apesar de a reforma administrativa prever a possibilidade de demissão de funcionários públicos estáveis (quando os gastos com pessoal ultrapassarem 60% da arrecadação ou quando o funcionário não

tiver desempenho suficiente), "nenhum prefeito vai querer demitir estáveis, porque imediatamente aquela vaga será extinta".

O relator disse ainda que quer deixar para a votação de segundo turno as emendas de redação. Informou também que deverá ser abandonada a idéia inicial de trazer o ministro da Administração, Bresser Pereira, para debater a reforma administrativa com os senadores.

Senador, relator do projeto na CCJ, prevê que descentralização evitará ações clientelistas que desvirtuaram proposta inicial da LBA

Fundo de Assistência Social será votado logo, diz Fogaça

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto que descentraliza o controle sobre os recursos e verbas do Fundo Nacional de Assistência Social, o senador José Fogaça (PMDB-RS) informou ontem que seu parecer deverá ser aprovado e que há interesse do governo em ver a matéria votada. Ele acha que, após a deliberação do plenário, o projeto poderá ir imediatamente à sanção presidencial.

Fogaça explicou que a iniciativa visa adaptar o sistema de controle sobre recursos e verbas do Fundo Nacional de Assistência Social a um novo modelo de descentralização, a fim de tornar mais eficaz a vigilância da população sobre essas cifras. O senador considera a iniciativa importante, sobretudo porque agora essas verbas são administradas, aplicadas e empregadas pe-



Fogaça: com o fundo, não haverá mais distorções do dinheiro público

los estados e, principalmente, pelos municípios.

O Fundo Nacional de Assistência Social substitui a antiga LBA, que, como todos sabem, foi sempre objeto de uma política populista, clientelista, empreguista e com graves distorções do dinheiro público. O Fundo Nacional de Assistência Social pretende de alguma forma eliminar essas ações negativas, esses fatores de distorção que, no passado, levaram a tantos desvios de recursos - sublinhou.

Na opinião do senador, um dos fatores fundamentais para a distorção praticada era a centralização das decisões em Brasília. Como era um presidente da LBA ou um ministro da Previdência quem isoladamente decidia para quem iam os recursos, Fogaça acha que isso suscitava tendência ao clientelismo. Ele diz que o projeto pretende evitar exatamente isso, ou seja, "reduzir o clientelismo ao mínimo possível, de modo que ele não se reproduza nos termos dos tempos da LBA".

Requião garante direitos de usuários de computadores

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou, em entrevista, como favorável ao consumidor e protetor dos interesses nacionais o parecer por ele apresentado ao projeto que dispõe sobre a proteção intelectual de programas de computador.

A matéria está na pauta de convocação extraordinária do Legislativo, e sua deliberação em plenário ainda depende de votação na Comissão de Educação. Conforme Requião, da forma como veio da Câmara, o projeto "está voltado para os interesses financeiros dos detentores do mercado, que não são brasileiros".



Roberto Requião está otimista quanto à aprovação do seu parecer

Requião se disse otimista quanto ao apoio do Legislativo ao seu parecer, visto que sua prioridade é a defesa do consumidor brasileiro. Em sua opinião, a versão original da Câmara joga o consumidor "em quarta e quinta posição".

Como exemplo, ele expli-

cou que os deputados aprovaram a prevalência, por 50 anos, dos direitos de patente, não admitindo que o consumidor tenha garantia contra defeitos por nenhum dia. Ironicamente, Requião assinalou que essa garantia ficaria "por conta do desejo do proprietário".



Patrocínio: dirigentes em comissões

Projeto amplia a atuação dos senadores

Qualquer senador poderá apresentar emendas perante as comissões permanentes caso seja aprovada proposta de modificação do Regimento Interno, apresentada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Atualmente, somente os membros dessas comissões podem sugerir mudanças aos projetos em apreciação.

A mudança permitirá a elaboração de pareceres mais completos, resultantes da apreciação de diferentes enfoques de cada questão, imprimindo maior dinâmica ao processo legislativo - disse.

A iniciativa abre a possibilidade de o presidente da Casa e demais membros da Comissão Diretora, impedidos pelo Regimento de integrar qualquer comissão permanente, participarem dessa fase dos trabalhos legislativos.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Audio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Sessão plenária de abertura dos trabalhos da convocação extraordinária (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - "Sons e Imagens da História" - Documentário sobre a história do Arquivo Nacional (reapresentação)
- 8h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 9h - "Fala Cidadão" (reapresentação)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça - apresentação do relatório que trata da reforma administrativa (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 02h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

"O conhecimento dos nossos direitos e deveres ajudará o Brasil a melhorar o triste quadro que hoje enfrenta. Conhecer e obedecer as regras do novo código, além de amenizar a violência, é exercício da nossa cidadania" (Levy Dias)

Lobão destaca esforço para divulgar Código de Trânsito

Simon propõe controle sobre baterias e pilhas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei estabelecendo que os rótulos das embalagens de pilhas eletroquímicas, baterias de aparelhos telefônicos e baterias automotivas comercializadas no país apresentem, de forma legível e visível, a seguinte advertência: "Este produto contém substâncias tóxicas. Após o seu uso, deverá ser devolvido ao fabricante ou revendedor para fins de reciclagem, reprocessamento ou correta armazenagem".

De acordo com o projeto, a publicidade desses produtos deverá orientar e esclarecer o consumidor sobre os perigos oferecidos pelo seu conteúdo, os cuidados com o seu manuseio e, especialmente, a importância de sua devolução aos revendedores e, em seguida, aos fabricantes. Pela proposta de Simon, os fabricantes e os revendedores serão responsáveis pelo recolhimento e destinação final das pilhas e baterias.

O projeto prevê para os infratores da lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação ambiental, as seguintes sanções: advertência, suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto por até trinta dias, obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda que omite, distorça ou utilize de má-fé a advertência exigida, apreensão do produto e multa de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, cobrada em dobro, em triplo,

e assim sucessivamente, na reincidência. Para os efeitos da lei, são considerados infratores os fabricantes, os revendedores e os responsáveis pela peça publicitária do produto.

Ao justificar a proposição, Simon afirma que as pilhas e baterias contêm substâncias tóxicas e que, descartadas e depositadas indiscriminadamente na natureza, contaminam o meio ambiente, com resíduos altamente nocivos à saúde

Pela proposta, os fabricantes serão responsáveis pelo recolhimento de pilhas e baterias de celulares

humana e ao ecossistema em geral. Afirma também que, apesar do alto grau de poluição dos componentes químicos das baterias e pilhas, há insuficiência de tecnologia de reprocessamento que garanta a sua reutilização ou venha a neutralizar seus efeitos sócio-ambientais:

- Intenciono com esta proposição consignar, via obrigação legal, o hábito de o consumidor fazer retornar ao revendedor e este ao fabricante as baterias e pilhas, após o uso, para que este possa dispor apropriadamente e de forma "ecologicamente correta" de tais resíduos. Acreditamos que tal medida poderia desdobrar-se numa espécie de "pacto de responsabilidade" entre os principais agentes produtivos e que o resultado seja compartilhado por todos - disse.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou trabalho publicado pelo senador Levy Dias (PPB-MS) que expõe, didaticamente e em poucas páginas, os principais pontos do Código de Trânsito Brasileiro, que entrará em vigor dia 23 próximo. Segundo Lobão, o novo código é uma obra "de grande substância e profundidade" e tem sido naturalmente divulgado pela imprensa. "mas não com a insistência e os destaques que merece".

- Por se tratar de obra volumosa, fica realmente difícil transmiti-la ao público, que, afinal, é o principal interessado num assunto com o qual terá de lidar diariamente, a partir do próximo ano - comentou

o senador maranhense.

Dá a oportunidade da obra de Levy Dias, na avaliação de Lobão: "Trata-se de uma publicação de inegável importância, que ajudará sobremodo o entendimento do que foi aprovado pelo Poder Legislativo".

Lobão aproveitou para destacar afirmação de

Levy Dias na apresentação do trabalho: "O conhecimento dos nossos direitos e deveres ajudará o Brasil a melhorar o triste quadro que hoje enfrenta. Conhecer e obedecer as regras do novo código, além de amenizar a violência do trânsito, é exercício da nossa cidadania".



Lobão: elogio à concisão e utilidade do trabalho de Levy

Cartilha para motoristas e pedestres

A cartilha publicada pelo senador Levy Dias resume em 16 páginas, com ilustrações coloridas, as principais infrações, divididas em grupos de acordo com sua gravidade - incluindo aquelas cometidas por pedestres ou desportistas que geram multas de natureza leve.

Um quadro comparativo relaciona as infrações com as multas correspondentes e os pontos acumulados. Cada vez que o infrator atingir 20 pontos no prazo de 12 meses, terá sua licença para dirigir suspensa e receberá multa equivalente ao valor de 1.000 Ufir, R\$ 961,10 pelo índice de janeiro de 98.

Entre outras dicas, a publicação resume os deveres dos fabricantes de veículos e do governo, além de alertar para o fato de que todo cidadão pode pedir, por escrito, mais sinalização ou fiscalização e sugerir alterações nas normas de trânsito. Também estão relacionados os limites

de velocidade para cada tipo de via (urbanas e rurais) quando não houver sinal indicativo.

Levy Dias enviou cópias do livreto a vereadores, prefeitos e à Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Os interessados podem solicitar exemplares ao seu gabinete no Senado.



Levy Dias: explicações didáticas sobre o novo código

Dados da Embrapa revelam que 41,5 milhões de hectares já foram desmatados. Empresa tem diversos projetos para recuperar essas áreas

Odacir aponta devastação da floresta amazônica

Com base em dados da Embrapa, o senador Odacir Soares (PPB-RO) informou que 41,5 milhões de hectares da floresta amazônica já foram desmatados, dos quais 17,5 milhões de hectares foram transformados em pastagens. Ele disse que 50% dessas áreas abertas encontram-se degradadas, havendo já diversos estudos visando à recuperação dessas pastagens.

O senador anunciou estimativas segundo as quais 78,8% da madeira extraída no Brasil são consumidos como lenha e carvão vegetal, sendo 68% provenientes de florestas nativas. Ele informou que, seguindo uma tendência mundial, no Brasil, a madeira proveniente de reflorestamento está gradativamente substituindo a madeira das florestas nativas.

Conforme Odacir, apesar de ocupar menos de 1% do terri-



Odacir: reflorestamento é solução

tório nacional, os reflorestamentos respondem por 31,2% do total da madeira consumida no Brasil. Ele disse que essa área reflorestada e, conseqüentemente, a oferta de madeira poderão ser duplicadas, considerando a utilização apenas das áreas degradadas ou abandonadas na região amazônica.

O senador observou que o plantio de espécies florestais

constitui uma das alternativas mais eficientes para a recuperação de áreas degradadas em regiões tropicais de alta precipitação, como a Amazônia. Ele informou que, apesar dos avanços alcançados pela Embrapa em experimentos de campo, é necessário um zoneamento informatizado para plantios florestais.

Projeto nesse sentido, acrescentou, está sendo desenvolvido pela Embrapa em parceria com empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa. Entre os objetivos dessa iniciativa está a tecnologia de produção e sistemas de comercialização de sementes, assim como o treinamento de engenheiros florestais e agrônomos. O senador também disse que em Rondônia está avançada a atividade de renovação de recursos florestais.



Quintanilha: intercâmbio

Quintanilha: aproximação com a África

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defende uma revisão da política externa brasileira em relação à África, a fim de incrementar o intercâmbio do país com as 53 nações independentes daquele continente, que representam um mercado emergente de 750 milhões de pessoas. Ele recordou os laços culturais e históricos que ligam o Brasil à África, bem como o fato de quase metade da população do país ter ascendência africana, para justificar essa redefinição na política externa nacional.

De acordo com o senador, apesar de todos os laços culturais e afetivos e das variáveis econômicas, "o que se tem verificado é que a cooperação brasileira limita-se aos países africanos de língua portuguesa".

Dados da balança comercial brasileira relativos ao período janeiro-outubro de 97, acrescentou Leomar Quintanilha, "indicam a timidez da nossa política externa com relação à África": exportações de 1,2 bilhão de dólares, contra importações de 1,6 bilhão de dólares. Com a Ásia, nesse mesmo período, comparou o parlamentar, o intercâmbio do Brasil alcançou exportações de 6,7 bilhões de dólares e importações de 7,8 bilhões.

Ao recordar que o próprio presidente Fernando Henrique, à época em que era chanceler, pregava a necessidade de o Brasil estreitar relações comerciais com a África, Quintanilha lamentou que hoje "o que se vê são apenas ações no sentido da consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, relacionada em 1993 com a assinatura de um Tratado de Desnuclearização da região".



Simon: atualizar o CPC

Simon quer mudança no Código de Processo Civil

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei alterando a redação do artigo 12 do Código de Processo Civil (CPC), de modo a estabelecer que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios ficarão representados em juízo, ativa e passivamente, pelos procuradores de seus respectivos Poderes, e os territórios, pelos membros da Advocacia Geral da União.

Conforme a justificativa do senador, o projeto visa à atualização do CPC no tocante à representação judicial dos entes da Federação e à integração de sua personalidade jurídica em seus distintos Poderes. A seu ver, essa medida se faz necessária "para assegurar a estrita observância do princípio da separação dos Poderes".

Para Simon, a atual redação do dispositivo que o projeto visa alterar não permite que os poderes Legislativo e Judiciário sustentem suas razões em juízo, quando questionadas medidas por eles tomadas no exercício de suas competências constitucionais. O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Bacia do Rio Doce pode ganhar comitê de proteção ambiental

Projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) define as atribuições do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, que abrange a região formada por esse rio e seus afluentes, envolvendo 163 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. O comitê passa a integrar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cumprindo determinação da Lei nº 9.433, de janeiro de 97.

O comitê será responsável pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, que deverá contemplar a preservação das áreas de proteção ambiental da região e o aproveitamento do potencial de geração de energia elétrica e de irrigação do curso principal do rio Doce. As agências de água

de atuação na área da bacia serão obrigadas a submeter suas propostas orçamentárias, convênios e contratos de financiamentos e serviços à aprovação do comitê, que também vai estabelecer mecanismos de cobrança e sugerir valores para o uso dos recursos hídricos, se o projeto for aprovado.

As complexas questões que estão, hoje, envolvidas no aproveitamento dos múltiplos usos das águas transcendem a simples abordagem econômica. Há que se atentar para dar racionalidade ao uso e à preservação de um recurso escasso e com valor econômico intrínseco, mediante a montagem de um modelo de gestão onde se congreguem os esforços de todos os agentes envolvidos na questão, tendo em vista a busca de ob-



Ignácio: racionalizar recursos

jetivos comuns - argumentou.

De acordo com a proposição de José Ignácio Ferreira, o comitê será representado por cada um dos órgãos e entidades federais com atuação predominante na área da bacia e o secretário-executivo será o dirigente da agência de água que atuará como órgão executor das ações do comitê.